

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo

Class.: 199

Data 9 de novembro de 1978

Pg.: _____

Ato público repudia emancipação indígena

"Se o presidente duvida que os índios estão reclamando dessa emancipação, a gente vai lá e enche o Palácio dele de índios para provar", afirmou o cacique da aldeia de Nonoai, Nelson Jacinto Xangrê, pouco antes do início do ato público realizado ontem no Teatro da Universidade Católica de São Paulo contra o projeto de lei que emancipa as comunidades indígenas do Brasil e que contou com a presença de 1.500 pessoas.

Este projeto, que já está em mãos do presidente Geisel, tem recebido severas críticas de antropólogos e entidades ligadas ao índio, como o Conselho Indigenista Missionário — CIMI, cujo presidente, dom Tomas Balduino, bispo de Goiás Velho, esteve presente ao ato.

Participaram ainda da manifestação o ex-ministro e antropólogo Darci Ribeiro, o jurista Dalmo Dalari, o professor Braz José de Araújo, secretário geral da Associação Nacional de Cientistas Sociais que, ao lado da Comissão Pró-Índio, promoveram o ato. A mesa foi dirigida pela antropóloga Carmen Junqueira e além de sertanistas, antropólogos e estudantes, três tribos se fizeram representar: Pareci, às margens da estrada Cuiabá-Santarém, Kaingang, do Rio Grande do Sul (tribo de Nonoai) e Terena, do Mato Grosso do Sul.

Em entrevista coletiva concedida antes da manifestação, os representantes indígenas fizeram críticas contundentes ao projeto, "pois a quem interessa essa emancipação?", como perguntou o representante Pareci, Daniel Matenho Onizokae. Para ele, "o que se deduz é que há, de fato, interesses por trás de tudo isso, já que os grandes grupos econômicos poderão agora, se aprovado o projeto, ter acesso mais fácil às terras dos índios".

Diz que em sua reserva, "a especulação de terras é muito grande e já chegamos a expulsar gente e tratores de nossa área". Ressaltando que esse decreto ainda é secreto, Onizokae entende que haveria "uma ruptura da tradição milenar ao se dividir as famílias indígenas, como tudo indica que vai acontecer".

"Temos de repudiar este projeto — frisou — porque é muito grave o fato do índio, o principal atingido, não ter sido consultado a respeito".

O Terena Maurício Pedro, que há 20 anos mora em Campinas, onde cursa o segundo ano de Direito, disse que ficou "estarecido ao saber pela imprensa desse projeto de emancipação". Explica que é um índio emancipado e que por isso mesmo sabe que "a emancipação não vai trazer nenhum benefício para os índios, porque nós não estamos preparados para competir com os brancos".

"Eu vivo estes dois mundos; tenho carteira de identidade, título de eleitor, e sinto, de tanto ver na televisão, que o que interessa nesta sociedade é o progresso material; aqui, você é o que você tem e não o que você é e é por isso que fica difícil pro índio competir".

O presidente do CIMI, dom Tomas Balduino, acredita que o governo recuou em algumas das propostas do projeto original

secreto, salientando que vê, nessa atitude, uma questão muito grave:

"O governo pretende agora, através de meandros da lei, emancipar o índio individualmente, independente da sua vontade, já que estaria previsto a iniciativa do órgão nesse sentido, havendo apenas uma consulta pro-forma".

A aprovação desse projeto, para dom Tomas, significa também "a degola das lideranças, porque essas lideranças serão as primeiras a ser emancipadas; isto é ainda impedir a autodeterminação da comunidade". Dom Tomas entende que "há, no pessoal responsável pela Segurança Nacional, uma preocupação com os índios que de norte a sul do País estão se levantando contra a exploração de suas terras".

"Ora — prossegue — quando os lavradores se rebelam vão para a prisão e o governo não pode reprimir os índios diante da própria legislação existente. Com o novo projeto, poderá". O presidente do CIMI chama este projeto "pacote de Segurança Nacional com endereço dos Índios".

Salientou também que "hoje, a corrida não é mais por pedras preciosas, pois o poder de amanhã no mundo virá da posse de terras, para alimentar a população mundial; não é à toa que as transacionais têm adquirido tanta terra e há, como já denunciou Darci Ribeiro, grandes interesses de grupos, e, talvez, já esteja tudo acertado".

Citou como exemplos desses interesses, a ação do Bradesco e do grupo Jari, no Pará e da Codeara, em Mato Grosso e concluiu afirmando que "o genocídio do índio começa exatamente com o etnocídio que é a destruição da cultura indígena, provocando sua marginalização e dizimação".

O QUE RESTA FAZER

Para o sertanista Orlando Villas-Boas, "o projeto será mesmo assinado, porque senão não seria feito com tanto sigilo" e acredita que restaria apenas "abrir uma ação popular que não teria muito sucesso, ou deixar que a história julgue estes homens por terem sido os responsáveis pela implantação desse rápido processo de emancipação".

Villas Boas considera ainda muito prematura a emancipação "neste estágio em que os contatos ainda estão se processando", afirmando que a terra, para os índios, não é somente sua subsistência, "mas a sua sobrevivência e eles estão conscientes disso". Villas Boas salientou que a Funai é um órgão "muito carente e os próprios antropólogos que lá trabalham são contra este projeto".

DESCONFIANÇA

O ex-ministro Darci Ribeiro, por sua vez, entende que "devido aos precedentes, não dá para confiar no ministro Rangel Reis, quando ele pede um voto de confiança". Para ele, a ameaça principal "é a de forçar a total assimilação dos índios, como se um decreto pudesse também fazer com os judeus deixassem de ser judeus".